

TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 10494/2018

Considerando que o Decreto-Lei n.º 189/2012, de 22 de agosto, criou o Centro de Relações Laborais (CRL), que tem por missão apoiar a negociação coletiva, bem como acompanhar a evolução do emprego e da formação profissional;

Considerando que a missão e competências do Centro de Relações Laborais estão determinadas no Decreto-Lei n.º 189/2012, de 22 de agosto, assim como a sua composição, e que, nos termos do artigo 6.º, se define o cargo de coordenador executivo e suas respetivas competências de coordenação e exercício de diversas funções no Centro de Relações Laborais;

Considerando que o cargo de coordenador executivo, sendo um cargo de direção superior de 2.º grau, está sujeito à Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, na sua redação atual;

Considerando que, atualmente, o cargo de coordenadora executiva é exercido por Paula Cristina Agapito Silva Barbas, designada, em regime de substituição, pelo Despacho n.º 10049/2014, de 29 de julho, não tendo decorrido procedimento concursal, através da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CRoSAP), até à presente data;

Considerando que está devidamente implementado o regime jurídico de designação de cargos de direção superior, tendo sido mencionado como motivo para a designação, em regime de substituição, no Despacho n.º 10049/2014, de 29 de julho, o facto de não estar ainda implementado esse regime, encontrando-se assim esgotados os motivos para a atual designação em regime de substituição;

Considerando que a designação do coordenador executivo deverá ser precedida de audição dos membros do Centro de Relações Laborais, nos termos do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 189/2012, de 22 de agosto, e que essa audição prévia foi realizada;

Considerando que será solicitada à Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública a abertura de procedimento concursal para o cargo de coordenador executivo, em obediência às regras de recrutamento, seleção e provimento dos cargos de direção superior da Administração Pública, e que existe a necessidade de garantir o normal e eficaz funcionamento do Centro de Relações Laborais durante o período temporal do respetivo procedimento concursal;

Assim, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, no n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 189/2012, de 22 de agosto, e ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 251-A/2015, de 17 de dezembro, e na alínea c) do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 167-C/2013, de 31 de dezembro, todos nas respetivas redações atuais:

1 — Designo, em regime de substituição, Paula Cristina Agapito Silva Barbas para exercer o cargo de coordenadora executiva do Centro de Relações Laborais, cujo currículo académico e profissional evidencia a competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício das respetivas funções.

2 — Nos termos do disposto no n.º 16 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com a sua redação atual, a nota curricular académica e profissional da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

3 — Consideram-se ratificados todos os atos entretanto praticados pela coordenadora executiva do Centro de Relações Laborais, no exercício das respetivas funções, até à data de entrada em vigor do presente despacho.

4 — O presente despacho produz efeitos a partir de 5 de novembro de 2018.

5 — Publique-se no *Diário da República*.

6 de novembro de 2018. — O Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

ANEXO

Nota curricular de Paula Cristina Agapito Silva Barbas

Paula Cristina Agapito Silva Barbas nasceu em Elvas, em 1965. Percurso académico:

Licenciada em direito (1982-1988) e pós-graduada em estudos europeus (1988/1989), pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa.

Pós-graduada em ciências jurídico-administrativas (2002/2003) e em legística e ciência da legislação (2004), pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Mestre em direito (mestrado científico), ciências jurídico-públicas (2012-2015), pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Experiência profissional:

Desde agosto de 2014, coordenadora executiva do Centro de Relações Laborais (despacho do senhor Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, de 29-07-2014, DRE II, 5-8-2014).

Desde maio de 2017, representante do Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social na Comissão de Avaliação Bipartida das áreas da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e do Mar (CAB MM/MADFR), por despacho do senhor Ministro do Trabalho de 13-7-2017, e presidente da mesma comissão.

2015-2017, docente de direito da segurança social, na Universidade Lusíada.

Maio de 2012-2014, coordenadora de núcleo no departamento de emprego do IIEFP, I. P.

2012-2016, árbitra de parte empregadora, lista de árbitros da DGA-EP — artigo 375.º do Regime do Código de Trabalho em Funções Públicas (RCTFP).

Outubro 2010-abril 2012, subdiretora-geral da Direção-Geral de Emprego e Relações de Trabalho (DGERT), responsável pela área das relações profissionais.

2004-2010, secretária-geral do Conselho Económico e Social (CES).

2002-2004, assessora no Programa Operacional de Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (POEFDS), QCA III.

2001-2002, diretora do departamento de formação profissional do IIEFP, I. P.

2000, assessora do Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Formação, do XIV Governo Constitucional.

1997-2000, diretora de serviços de apoio ao sistema de certificação, no departamento de certificação do IIEFP, I. P.

Maio de 1990-1997, técnica superior e coordenadora no IIEFP, I. P., no âmbito da formação profissional: jurista do programa Aprendizagem, secretária da Comissão Nacional de Aprendizagem; coordenadora do núcleo de apoio à aprendizagem (1992-1994), do Eixo YOUTHSTART da iniciativa comunitária Emprego (1995) e do departamento de formação profissional (1996-1997).

1989-90, professora do ensino secundário.

1988-1990, estágio de advocacia.

Formação profissional mais relevante:

No IIEFP, I. P.: Formação pedagógica de formadores, 1994; gestão da formação *online*, 2004 e várias formações sobre liderança e gestão de equipas.

No INA: Feitura de leis, 1998; SIADAP, 2008; CAGEP — Curso avançado de gestão pública, 2006; FORGEP — Curso de gestão pública, 2014; formação em atualização no âmbito do CAGEP, cenários e política pública: Planear em contexto de incerteza, janeiro de 2018.

311793385

Instituto da Segurança Social, I. P.

Aviso n.º 16387/2018

Procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento, com vista ao preenchimento de postos de trabalho na categoria e carreira de assistente técnico, no mapa de pessoal do Instituto da Segurança Social I. P., Referência DRH/AT/7/2018.

Lista unitária de ordenação final

Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 06 de abril, torna-se pública a lista unitária de ordenação final do procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento, com vista ao preenchimento de postos de trabalho na categoria e carreira de assistente técnico a afetar ao Departamento de Proteção contra os Riscos Profissionais, aberto através do Aviso n.º 7501/2018, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 107, de 5 de junho de 2018, com a Referência DRH/AT/7/2018:

Posição	Candidatos	Classificação final
1	Paula Cristina Rodrigues Magueija	18,02
2	Vanessa Alexandra Garcia Ramos Neiva	15,62
3	Ana Cristina de Freitas Fernandes	15,24

Posição	Candidatos	Classificação final
4	Rita Santos Pereira da Silva	14,70
5	Ana Cristina Varela Gonçalves	14,62
6	Maria Paula Fonseca de Almeida	13,52
7	Graça Maria da Encarnação Afonso	13,20
8	Filipa Maria Dias da Mata Caetano	12,42
9	Ivan Pires de Carvalho	11,58

A presente lista foi homologada por despacho de 2 de outubro de 2018, tendo sido afixada no edifício dos Serviços Centrais, sito na Alameda D. Afonso Henriques, n.º 82, Lisboa, e publicitada na página eletrónica do Instituto.

22-10-2018. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Rui Fiolhais*.
311760393

Aviso n.º 16388/2018

Por meu despacho de 18 de setembro de 2018, e após procedimento concursal com vista à constituição de reservas de recrutamento para todas as áreas de atuação, aberto pelo aviso n.º 4195/2018 — Referência DRH/AT/2/2018, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 62, de 28 de março de 2018, foi autorizada a celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com o trabalhador abaixo identificado na categoria e carreira de assistente técnico e na posição remuneratória também abaixo discriminada, para ocupação de posto de trabalho no mapa de pessoal do Instituto da Segurança Social, I. P., com efeitos a 1 de outubro de 2018, ficando o mesmo sujeito, a partir da mesma data, à realização de período experimental, conforme alínea b) do artigo 49.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho:

Nome	Posição remuneratória
Fernando Manuel Pisco Costa	5.ª

23 de outubro de 2018. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Rui Fiolhais*.

311760611

Aviso n.º 16389/2018

Por meu despacho de 25 de setembro de 2018, e após procedimento concursal com vista à constituição de reservas de recrutamento para todas as áreas de atuação, aberto pelo aviso n.º 2538/2018 — Referência DRH/AT/1/2018, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 38, de 22 de fevereiro de 2018, foi autorizada a celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com a trabalhadora abaixo identificada na categoria e carreira de assistente técnico e na posição remuneratória também abaixo discriminada, para ocupação de posto de trabalho no mapa de pessoal do Instituto da Segurança Social, I. P., com efeitos a 11 de outubro de 2018, ficando a mesma sujeita, a partir da mesma data, à realização de período experimental, conforme alínea b) do artigo 49.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho:

Nome	Posição remuneratória
Helena Luísa Pereira Pimpão Seródio	1.ª

24 de outubro de 2018. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Rui Fiolhais*.

311768129

Aviso n.º 16390/2018

Por meu despacho de 25 de setembro de 2018, e após procedimento concursal com vista à constituição de reservas de recrutamento para todas as áreas de atuação, aberto pelo aviso n.º 15352/2017 — Referência DRH/AT/8/2017, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 243, de 20 de dezembro de 2017, foi autorizada a celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com o trabalhador abaixo identificado na categoria e carreira de assistente técnico e na posição remuneratória também abaixo discriminada, para ocupação de posto de trabalho no mapa de pessoal do Instituto da Segurança Social, I. P., com efeitos a 15 de outubro de 2018, ficando o mesmo sujeito, a partir

da mesma data, à realização de período experimental, conforme alínea b) do artigo 49.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho:

Nome	Posição remuneratória
Nuno Filipe Lemos Ribeiro	1.ª

24 de outubro de 2018. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Rui Fiolhais*.

311768194

Aviso n.º 16391/2018

Procedimento concursal no âmbito do PREVPAP, com vista ao preenchimento de 39 postos de trabalho na categoria e carreira de assistente técnico no mapa de pessoal do Instituto da Segurança Social, I. P.

Lista unitária de ordenação final

Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 06 de abril, aplicável por remissão do n.º 1 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, torna-se público que, por meu despacho de 18 de setembro de 2018, foi homologada a lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados no âmbito do procedimento concursal comum de regularização extraordinária de vínculos precários (PREVPAP), publicitado na Bolsa de Emprego Público (BEP), sob o código de oferta OE201805/01017, de 21 de maio, com vista ao preenchimento de 39 postos de trabalho na categoria e carreira de assistente técnico a integrar no Centro Distrital de Lisboa do mapa de pessoal do Instituto da Segurança Social, I. P.

A referida lista de ordenação final pode ser consultada em local visível e público das instalações do ISS, I. P., sitas na Alameda D. Afonso Henriques, n.º 82, em Lisboa, e na respetiva página eletrónica em www.seg-social.pt

24-10-2018. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Rui Fiolhais*.
311760482

Aviso n.º 16392/2018

Procedimento concursal comum no âmbito do PREVPAP, com vista ao preenchimento de 4 postos de trabalho na categoria e carreira de assistente técnico no mapa de pessoal do Instituto da Segurança Social, I. P.

Lista unitária de ordenação final

Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 06 de abril, aplicável por remissão do n.º 1 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, torna-se público que, por meu despacho de 23 de outubro de 2018, foi homologada a lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados no âmbito do procedimento concursal comum de regularização extraordinária de vínculos precários (PREVPAP), publicitado na Bolsa de Emprego Público (BEP), sob o código de oferta OE201806/0386, de 15 de junho, com vista ao preenchimento de 4 postos de trabalho na categoria e carreira de assistente técnico a integrar no Centro Distrital de Braga do mapa de pessoal do Instituto da Segurança Social, I. P.

A referida lista de ordenação final pode ser consultada em local visível e público das instalações do ISS, IP, sitas na Alameda D. Afonso Henriques, n.º 82, em Lisboa, e na respetiva página eletrónica em www.seg-social.pt

24-10-2018. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Rui Fiolhais*.
311770072

Aviso n.º 16393/2018

Procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento, com vista ao preenchimento de postos de trabalho na categoria e carreira de assistente técnico, no mapa de pessoal do Instituto da Segurança Social I. P. Referência DRH/AT/8/2018.

Lista unitária de ordenação final

Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de